ANEXO II – PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3

2. PREMISSAS UTILIZADAS 3

3. CAPEX 6

3.1. CAPEX INICIAL 7

3.2. CAPEX REINVESTIMENTO 7

3.3. ESTIMATIVA DE OPEX 8

4. ESTIMATIVA DE RECEITA DA CONCESSIONÁRIA 10

4.1. PARCELA REMUNERATÓRIA MENSAL 11

4.2. RECEITA ACESSÓRIA 12

4.3. VALOR ESTIMADO DE CONTRATO 12

4.4. IMPOSTOS 12

4.5. ESTIMATIVA DO DEMONSTATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 14

4.6. LUCRATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO 16

5. ESTUDO DE VANTAJOSIDADE PARA O PODER PÚBLICO – *VALUE FOR MONEY*. 17

6. ANÁLISE DE CUSTOS ATUAIS DO MUNICÍPIO 17

7. ANÁLISE DOS CUSTOS COM O ADVENTO DA PPP 17

8. TRANSFERÊNCIA DE RISCOS 19

9. MANUTENÇÃO DE PADRÕES DE QUALIDADE E DISPONIBILIDADE 19

9.1. TRANSFERÊNCIA DO ATIVO 20

9.2. QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 20

9.3. ATESTADO DE VIABILIDADE ECONÔMICA 20

FIGURAS

Tabela 1 - Custo de Capital Próprio (Metodologia CAPM) 5

Tabela 2 - Custo de Capital de Terceiros 5

Tabela 3 - Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) 6

Tabela 4 - CAPEX inicial para EFICIENTIZAÇÃO do PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em Valores Presentes 7

Tabela 5 - CAPEX inicial para IMPLEMENTAÇÃO da INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES em Valores Presentes 7

Tabela 6 - CAPEX inicial para IMPLEMENTAÇÃO da USINA FOTOVOLTAICA em Valores Presentes 7

Tabela 7 - Novos Investimentos após o início das operações por ano em valores nominais 8

Tabela 8 - Valor estimado mensal e anual do OPEX do PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em Valores Presentes 9

Tabela 9 - Valor estimado mensal e anual do OPEX da INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES em Valores Presentes 9

Tabela 10 - Valor estimado mensal e anual do OPEX da USINA FOTOVOLTAICA em Valores Presentes 9

Tabela 11 - Valor estimado do OPEX TOTAL projetado por ano agregados pelas três atividades em Valores Projetados 10

Tabela 12 - Parcela Remuneratória Anual paga pelo Poder Concedente 12
Tabela 13 -Valor Estimado de Contrato 12
Tabela 14 - Impostos Incidentes sobre o Faturamento 13
Tabela 15 - Impostos Incidentes sobre o Resultado 14
Tabela 16 - Demonstrativo do Resultado do Exercício Projetado em Valores Nominais 16
Tabela 17 -– Indicadores de Lucratividade Econômica 16
Tabela 18 - Indicadores de Vantajosidade: Cenário COM Projeto 17
Tabela 19 - Indicadores de Vantajosidade: Cenário COM Projeto cenário 18
Tabela 20 - Quadro de Resumo dos dados 22

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Demonstrativo de Resultado do Exercício Nominal por Ano 14
GRÁFICO 2 - Demonstrativo de Resultado do Exercício Acumulado por Ano 15

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

2. INTRODUÇÃO

A análise econômica ora desenvolvida irá demonstrar de forma bem detalhada a respeito dos benefícios, custos, investimentos a longo e curto prazo, rentabilidade econômico e social do projeto e ainda outras variáveis que envolvem tanto a implantação do empreendimento como a prestação dos serviços futuros.

A primeia atividade a ser desenvolvida será a operação e manutenção da Rede de Iluminação Pública, para o município de Goianésia - GO, utilizando luminárias LED, Relés Fotoelétricos e Sistema de Telegestão com o intuito de obter maior eficiencia nesta prestação de serviço aos municipes.

A segunda atividade que será realizada é a implantação, operação e manutenção da Infraestrutura de Telecomunicações por fibra optica para promover internet banda larga para as edificações públicas do município e instalação de pontos de acesso de Wi-Fi público que atenderão a população, além da implantação de um sistema de vídeo monitoramento por câmeras inteligentes, posicionadas em locais estratégicos da cidade.

A a terceira atividade a ser realizada compreende a implantação, operação e manutenção de 1 (uma) Usina Fotovoltaica, destinada a atender os prédios públicos do município com intuito de reduzir as despesas de energia elétrica.

Todas as atividades elencadas acima, serão executadas por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), que no estudo jurídico terá suas nuances melhor apresentadas. Portanto a construção, a operação e manutenção dos empreendimentos farão parte do escopo de atuação da futura concessionária.

A concessão em questão será de 25 (vinte e cinco) anos, de acordo com a análise econômica que obtém o ponto de equilíbrio econômico dado pelo retorno de todo o investimento realizado pelo parceiro privado e a capacidade por parte do poder público de garantir o adimplemento das obrigações pecuniárias relativas à manutenção da parceria.

Fora considerado, de acordo com o Estudo Técnico, a implementação completa das três atividades num prazo de até 12 meses, porém os serviços de Iluminação Pública serão prestados imediatamente após a publicação da ORDEM DE SERVIÇO. Vale ressaltar que após o término da referida concessão, as instalações e equipamentos que foram implantados pela parceira privada durante a execução do contrato, serão revertidas à prefeitura municipal de acordo com os princípios da reversibilidade dos bens.

Para elaboração deste estudo, utilizou-se de pesquisas de benchmarking relacionadas aos índices macroeconômicos, com a finalidade de comparação de práticas e preços pertinentes aos mercados envolvidos.

3. PREMISSAS UTILIZADAS

Para o desenvolvimento das estimativas deste estudo econômico considerou-se algumas premissas a serem descritas neste tópico.

Conforme explicitado anteriormente as atividades, descritas neste estudo, serão implantadas num prazo de até 12 meses após a publicação da ORDEM DE SERVIÇO, sendo que foi determinado a eficientização do Parque de Iluminação Pública, a implantação da Infraestrutura de Telecomunicações e da Usina Fotovoltaica. Em relação à execução propriamente dita, estima-se que iniciará primeiro no Parque de Iluminação Pública, durante

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

este período a concessionária fará jus ao recebimento de Parcelas Remuneratórias Mensais (PRM), pagas pelo poder concedente, conforme a proposta econômica vencedora do certame licitatório futuro e em função do desempenho do serviço prestado auferidos pelos indicadores de resultados da concessão.

Seguem as principais premissas utilizadas nesse Estudo Econômico de Referência:

A. Consideramos um tarifa de referência, extraida de uma média ponderada, cobrada pela distribuidora local de energia elétrica de 1kWh (um quilowatt hora), sendo seu valor de extraídos em dezembro de 2021;

B. A definição do valor da Parcela Remuneratória Mensal é advinda do somatório dos Pontos de Equilíbrio Econômico de cada atividade do empreendimento, as quais levam em consideração a igualdade da Taxa Interna de Retorno (TIR) e da Taxa Mínima de Atratividade (TMA), situação que traz o Valor Presente Líquido (VPL) igual a zero, e as especificidadesde cada variável do empreendimento de forma que se tenha um bom equilíbrio entre todas elas.

C. A Taxa Mínima de Atratividade traz a tona, num primeiro momento, se o investimento será atrativo ao parceiro privado, e também ao poder público, considerando todo os riscos existentes nesta concessão, apontando e assegurando investimento financeiro mais seguro. Com isso, calcula-se o WACC - *Weighted Average Capital Cost* (Tradução livre: Custo Médio Ponderado do Capital) que avalia o custo de capital em uma análise de retorno sobre o investimento despreendido, indicando qual o seu nível de atratividade mínima. Por outro lado, demonstra, ainda, o retorno esperado em outros investimentos mais seguros em relação ao empreendimento, ora, analisado.

O cálculo do WACC deve ser dividido em duas partes: primeiro calcula-se o custo do capital próprio; e no segundo momento calcula-se o custo de capital de terceiros.

Quanto ao cálculo da primeira parte, tem-se que o custo do capital próprio é uma medida subjetiva. Normalmente, é utilizado a metodologia CAPM - Capital Asset Pricing Model (Tradução livre: Modelo de Precificação de Ativos Financeiros). Deste modo fica evidente o retorno que um investidor consideraria aceitável para investir em um determinado empreendimento. Trata-se de uma forma de encontrar uma taxa de retorno atrativa, que leve em conta o risco sistemático (não diversificável ou risco de mercado), por meio do coeficiente Beta.

Trazendo a uma ideia mais simples, o CAPM deve calcular o retorno que os "acionistas/investidores" esperam obter em contra partida à injeção de dinheiro na empresa, ou seja, estamos falando do custo de oportunidade dos acionistas por investirem no projeto em questão e não em outras oportunidades existentes no mercado.

Abaixo, segue a tabela apresentando os resultados do custo de capital próprio:

Custo do Capital Próprio (Ke)	**Critério Avaliado**	**Fonte**	**Valor**	**Sigla**
Taxa Livre de Risco	Tesouro Americano	Federal Reserve	4,07%	A
Beta	Empresas Comparáveis	Ibovespa (GERAL)	0,482	B

Prêmio de Risco de Mercado	Market Risk Premium	Social Science	6,64%	C
Risco Brasil	EMBI+	JP Morgan	3,88%	D
Custo de Capital Próprio Nominal	**A+(B*C)+D**		**11,15%**	E
Inflação EUA			2,24%	F
Custo do Capital Próprio Real (Ke)	**(1+E)/(1+F) -1**		**8,71%**	

Tabela 1 - Custo de Capital Próprio (Metodologia CAPM)
Fonte: Adaptado ANEEL (2021)

Após comcluirmos a análise da primeira parte, é necessário fazer o cálculo da segunda parte do WACC que consiste em cotações de mercado e a definição da participação da utilização do capital de terceiros em relação ao capital próprio.

Insta ressaltar que a análise deste estudo, tem por finalidade, através de um modelo de referência, apresentar uma oportunidade de investimento aos empreendedores interessados, a partir de premissas e, também, de pesquisas de mercado. Nesse raciocínio, um dos itens importantes na composição dos custos para os investidores, está o grau de relacionamento com as instituições financeiras e, principalmente, do montante de capital próprio disponível. Os agentes financeiros levam em consideração uma infinidade de variáveis que estão relacionadas aos riscos do cumprimento dos compromissos estabelecidos pelos empreendedores, inclusive com as próprias garantias oferecidas pelo poder público. Desse modo, o investidor deverá avaliar as suas condições de financiamento e, com isso, utilizar o capital próprio, em sua totalidade ou parcialmente, da forma que for mais vantajoso.

Quando se observa os valores associados ao capital de terceiros, a distribuição desse valor segue a seguinte distribuição conforme tabela abaixo:

Custo de Capital de Terceiros(Kd)	**Critério Avaliado**	**Fonte**	**Valor**	**Sigla**
Taxa de Juros Nominal	Média Ponderada	100%	9,00%	E
Inflação de Longo Prazo do Brasil	IPCA de Longo Prazo	BACEN	3,5%	F
Taxa de Juros Real	**((1+E)/(1+F))-1**		**5,31%**	

Tabela 2 - Custo de Capital de Terceiros

Quando falamos em captar recursos de terceiros, temos sempre que ter em mente que as condições de financiamento vão variar em funçaõ com o nível de relacionamento da empresa proponente com o agente financeiro, tais variáveis podem ser: o período de carência; o prazo de amortização; e o percentual de participação de capital próprio.

Para exemplificação prática, fizemos a média ponderada de taxas para o que se refere ao capital próprio e também ao que se refere ao capital de terceiros, em razão da participação do financiamento, conforme abaixo demonstrado:

Custo Médio Ponderado de Capital (Weighted Average Cost of Capital - WACC)	**Valor**	**Sigla**

Estrutura de capital			
% Capital de Terceiros = (H/G)		70,00%	G
Custo do Capital de Terceiros		9,00%	H
Custo do Capital Próprio		11,15%	I
% Capital Próprio		30,00%	J
WACC (Lucro presumido) =	**(I*J)+(G*H)**	**9,64%**	

Tabela 3 - Custo Médio Ponderado de Capital (WACC)

Portanto, temos o percentual de 9,64% (nove e sessenta e quatro pontos percentuais), relacionaddo a taxa WACC, significando uma taxa mínima de atratividade ou ainda para o custo do capital utilizado, pensando numa análise de retorno.

A Parcela Remuneratória Mensal de referência é **de R$ 332.351,08 (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e um reais e oito centavos)**, este valor serve para embasar o valor do contrato direcionado a pretensos licitantes.

Diante deste estudo, existe uma necessidade de alavacagem para viabilização do projeto, diante da participação de financiamentos disponíveis no mercado, temos que 70% (setenta por cento) será advindo de terceiros e o restante de 30% (trinta por cento) será advindo de desembolso do capital próprio, que depois será declarado como capital social da empresa privada

Um fator de muita importância é que estimamos um percentual de 3,5% relativos a inflação projetada para o período da concessão, ajustando os valores de custo e receita para o período de 25 anos.

Com relação aos impostos iremos explicar a incidência de cada um, porém devemos relatar que o regime tributário determinado pela parceira privada será o LUCRO PRESUMIDO. A seguir iremos destacar os principais tributos e sua incidência:

- ICMS: este será isento, apoiado na Resolução Normativa nº 482/2012, da ANEEL;
- ISSQN: ainda que se trata de PPP, levamos em consideração um percentual de 3% para criar um cenario conservador e assim trazer o resultado mais proximo da realidade possivel;
- PIS: aplicamos um percentual de 0,65% sobre o Faturamento.
- COFINS: aplicamos um percentual de 3% sobre o Faturamento.
- Incidência de CSLL: Neste tributo presume-se uma lucratividade de 32% sobre a receita, o resultado desta multiplicação deve-se aplicar um percentual de 9%.
- IRPJ: No mesmo sentido da Contribuição Social, o Imposto de Renda terá uma alíquota de 15% aplicado sobre o resultado da lucratividade de 32% sobre a receita otal.
- Receitas Acessórias não consideramos neste estudo, os ganhos a partir da exploração de receitas acessórias, ainda que isso seja totalmente possível, desde que previamente acordado com o Poder Público.

4. CAPEX

O CAPEX tem por conceito apresentar todas as despesas do investimento relacionado

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

à equipamentos e aos custos necessários à implantação das três atividades descritas neste projeto.

4.1. CAPEX INICIAL

O valor total estimado do CAPEX, nos primeiros 12 meses de vigência do contrato é de **32.236.173,50 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e setenta e três reais e cinquenta centavos)**, descriminado por atividade conforme as tabelas a seguir:

CAPEX IP	VALOR
PROJETO EXECUTIVO: Elaboração de projetos	R$ 477.662,51
Mão de obra (implantação)	R$ 6.535.335,81
Materiais	R$ 5.912.373,81
Melhoria de rede	R$ 1.063.802,38
Telegestão	R$ 4.235.723,00
Investimento inicial total	R$ 18.219.897,30

Tabela 4 - CAPEX inicial para EFICIENTIZAÇÃO do PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em Valores Presentes

CAPEX TELECOMUNICAÇÕES	VALOR
Equipamentos	R$ 1.113.909,13
Mão de obra (implantação)	R$ 508.442,63
Materiais	R$ 1.093.924,44
Investimento inicial total	R$ 2.716.276,20

Tabela 5 - CAPEX inicial para IMPLEMENTAÇÃO da INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES em Valores Presentes

CAPEX USINA FOTOVOLTAICA	VALOR
Equipamentos	R$ 7.800.000,00
Infraestrutura	R$ 1.500.000,00
Mão de Obra	R$ 2.000.000,00
Investimento inicial total	R$ 11.300.000,00

Tabela 6 - CAPEX inicial para IMPLEMENTAÇÃO da USINA FOTOVOLTAICA em Valores Presentes

4.2. CAPEX REINVESTIMENTO

Levando em consideração a vida útil da estrutura física, dos materiais e equipamentos, temos que considerar a realização de reinvestimentos durante o perído de execução, detalhe previsto no Estudo Técnico. Por isso demonstramos na tabela abaixo os desembolsos em valores presente, sem considerar a inflação.

ANO	IP	UFV	TELECOM	TOTAL
2	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

3	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
4	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
5	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
7	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
8	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
9	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
10	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
11	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
12	R$ 7.335.335,60	R$	R$	R$ 7.335.335,60
13	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
14	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
15	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
16	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
17	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
18	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
19	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
20	R$ -	R$ -	R$	R$
21	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
22	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
23	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
24	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
25	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
26	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
TOTAL	R$ 7.335.335,60	R$	R$	R$ 7.335.335,60

Tabela 7 - Novos Investimentos após o início das operações por ano em valores nominais

Dessa forma, o resultado em valor presente, isto é, excluindo o efeito inflacionário desses reinvestimentos, alcança o patamar de R$ 7.335.335,60 (sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

Foi considerado reinvestimento somente na atividade da Iluminação Pública, pois é devido a substituição das luminárias, vale destacar que no que tange aos reinvestimentos na infraestrutura de Telecomunicações e Usina Fotovoltáica, os mesmos foram definidos no custo global inical.

O INVESTIMENTO TOTAL previsto é estimado em R$ 32.236.173,50 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e setenta e três reais e cinquenta centavos) em valor presente.

4.3. ESTIMATIVA DE OPEX

Exatamente como fizemos com o CAPEX, o OPEX também foi elaborado no intuito de identificar os custos operacionais incidentes na prestação dos serviços descritos no escopo deste trabalho.

Importante frisar que as despesas que compõe o OPEX serão discriminados em

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

diversos grupos de despesas: despesascom mão de obra; taxas e licenciamentos; insumos necessários para execução dos serviços; manutenção; serviços terceirizados, marketing comercial, garantia de contrato, seguro de responsabilidade civil, entre outros.

A mensuração de tais custos foi obtido através de pesquisa de mercado e estudos de benchmarking com intuito de realizar as devidas comparações com os preços praticados no mercado destas atividades. Outra premissa utilizada esta baseada no princípio da prudência. Abaixo apresentamos o OPEX para cada atividade apontada amteriormente neste estudo.

OPEX – ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
Mão de Obra	R$ 32.422,52	R$ 389.070,20
Manutenção	R$ 4.800,00	R$ 57.600,00
Despesas Indiretas	R$ 2.428,00	R$ 29.136,00
Seguros	R$ 200,00	R$ 2.400,00
Serviços de Terceiros	R$ 4.280,00	R$ 51.360,00
Impostos	R$ 10.895,01	R$ 130.740,11
Total	R$ 55.025,53	R$ 660.306,31

Tabela 8 - Valor estimado mensal e anual do OPEX do PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em Valores Presentes

OPEX – INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES		
Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
Mão de Obra	R$ 24.316,89	R$ 291.802,65
Manutenção	R$ 3.600,00	R$ 432.000,00
Despesas Indiretas	R$ 1.821,00	R$ 21.852,00
Serviços de Terceiros	R$ 3.210,00	R$ 38.520,00
Seguros	R$ 150,00	R$ 1.800,00
Impostos	R$ 8.171,26	R$ 98.055,08
Total	R$ 41.269,14	R$ 495.229,73

Tabela 9 - Valor estimado mensal e anual do OPEX da INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES em Valores Presentes

OPEX – USINA FOTOVOLTAICA		
Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
Despesas Diretas e Indiretas	R$ 27,512,76	R$ 330.153,15
Total	R$ 27.512,76	R$ 330.153,15

Tabela 10 - Valor estimado mensal e anual do OPEX da USINA FOTOVOLTAICA em Valores Presentes

Entendemos ser impostante estimar um custo para um Verificador Independente, pois o mesmo terá a função de fiscalizar e demonstrar os avanços das rúbricas, tanto no que tange os investimentos como no que tange os indicadores de qualidade para cada atividade desenvolvida, estabelecidas no contrato.

O valor de referência desta função foi tirado de uma média dos outros contratos com

a mesma natureza de uma parceria PPP. Portanto, estimamos um valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) mensal, sendo o seu montante anual na ordem de R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

ANO	TOTAL
1	R$ 0,00
2	R$ 1.650.765,76
3	R$ 1.700.288,74
4	R$ 1.751.297,40
5	R$ 1.803.836,32
6	R$ 1.857.951,41
7	R$ 1.913.689,95
8	R$ 1.971.100,65
9	R$ 2.030.233,67
10	R$ 2.091.140,68
11	R$ 2.153.874,90
12	R$ 2.218.491,15
13	R$ 2.285.045,88
14	R$ 2.353.597,26
15	R$ 2.424.205,18
16	R$ 2.496.931,33
17	R$ 2.571.839,27
18	R$ 2.648.994,45
19	R$ 2.728.464,28
20	R$ 2.810.318,21
21	R$ 2.894.627.76
22	R$ 2.981.466,59
23	R$ 3.070.910,59
24	R$ 3.163.037,91
25	R$ 3.257.929,04

Tabela 11 - Valor estimado do OPEX TOTAL projetado por ano agregados pelas três atividades em Valores Projetados

Chegamos a conclusão que o resultado final do OPEX acumulado, trazido em valor presente, ou seja, descontado o percentual inflacionário, perfaz o valor de R$ 33.856.977,32 (trinta e três milhões oitocentos e cinquenta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Por outro lado o resultado final da mesma variável, dessa vez levando em consideração a inflação, apresenta um montante de R$ 56.830.038,36 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e trinta mil, trinta e oito reais e trinta e seis centavo).

5. ESTIMATIVA DE RECEITA DA CONCESSIONÁRIA

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

5.1. PARCELA REMUNERATÓRIA MENSAL

A Parcela Remuneratória Mensal (PRM), é obtida a partir do valor estabelecido pelo Ponto de Equilíbrio do projeto, assim, tal contribuição possui como critério básico o pagamento das remunerações mensais do Concessionário por parte do Poder Concedente.

Importante considerar que o pagamento da PRM está coerente com as soluções que englobam o conceito de Cidades Inteligente, englobando as atividades de luminação Pública e Infraestrutura de Telecomunicações, estes implantados a partir da assinatura da concessão, ou seja, desde o primeiro ano, uma vez que a operação do parque de iluminação juntamente ao processo de instalação das unidades da Infraestrutura de Telecomunicações, se iniciam imediatamente quando da formalização do contrato de concessão. Ainda que a utilização da usina fotovoltáica aconteça no segundo ano deste projeto, a PRM relativa à Usina se torna factível também desde o primeiro ano da Concessão.

A Tabela abaixo demonstra as Parcela Remuneratórias, desta vez de forma anual, que serão pagas à concessionária durante os 25 (vinte e cinco) anos da Concessão Administrativa, sendo os valores em carater projetado.

ANO	PARCELA REMUNERATÓRIA ANUAL
1	R$ 3.988.212,96
2	R$ 4.107.859,35
3	R$ 4.272.173,72
4	R$ 4.443.060,67
5	R$ 4.620.783,10
6	R$ 4.805.614,42
7	R$ 4.997.839,00
8	R$ 5.197.752,56
9	R$ 5.405.662,66
10	R$ 5.621.889,17
11	R$ 5.846.764,73
12	R$ 6.080.635,32
13	R$ 6.323.860,74
14	R$ 6.576.815,17
15	R$ 6.839.887,77
16	R$ 7.113.483,28
17	R$ 7.398.022,62
18	R$ 7.693.943,52
19	R$ 8.001.701,26
20	R$ 8.321.769,31
21	R$ 8.654.640,08
22	R$ 9.000.825,69
23	R$ 9.360.858,71
24	R$ 9.735.293,06
25	R$ 10.124.704,79

TOTAL	R$ 164.534.053,68

Tabela 12 - Parcela Remuneratória Anual paga pelo Poder Concedente

O valor total a ser recebido no período de 25 anos, perfaz o montante de R$ 164.534.053,68 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos).

5.2. RECEITA ACESSÓRIA

As Receitas Acessórias correspondem a um conjunto de valores cujo recebimento somente acontecerá caso ocorra a realização, pela Concessionária, das atividades econômicas estabelecidas e especificadas no objeto do contrato de Concessão Administrativa. No caso em questão, a atividade de Telecom, possibilita a obtenção de Receitas Acessórias, ja que existe a possibilidade de exploração de mercado no segmento de acesso à internet.

Ademais toda e qualquer possibilidade de receitas extra, a partir da exploração de atividades acessórias futuras, deverão ser apresentadas e aprovadas pelo Poder Público que, dando a devida aprovação, terá direito de compartilhar dessas receitas, através do desconto na PRM.

5.3. VALOR ESTIMADO DE CONTRATO

Para estimarmos o valor do contrato usamos as premissas econômicas e a legislação que avaliza os contratos de concessão administrativa. A base de cálculo usada foi o valor das Parcelas Remuneratórias Mensais durante o período da concessão que será de 300 meses, independentemente da receita obtida através das atividades acessórias, principalmente porque estesganhos extras não irão impactar diretamente os custos da implantação, operação e manutenção do empreendimento.

Assim sendo, o valor de Contrato é de R$ 164.534.053,68, conforme demonstrado no quadro abaixo.

ESCRIÇÃO	VALORES
A. Parcela Remuneratória Mensal no 1º ano	R$ 332.351,08
B. Parcela Remuneratória Mensal a partir do 2º ano no período de 1 ano	R$ 342.321,61
C. Quantidade de anos de OPERAÇÃO da Concessão Administrativa	25 anos
D. Parcela Remuneratória de EFICENTIZAÇÃO no Período de 25 anos	R$ 65.534.206,68
E. Valor de Contrato: (B*C) + D = E	R$ 164.534.053,68

Tabela 13 -Valor Estimado de Contrato

5.4. IMPOSTOS

Os impostos pertinentes ao estudo acompanham as premissas da opção do regime tributário da parceira privada, no qual são apresentados as alíquotas e as bases de cálculo para a apuração dos tributos. Os impostos que incidem diretamente sobre o faturamento da empresa vencedora do processo de licitação são PIS, COFINS e ISS.

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

ANO	ISSQN	PIS	COFINS	SOMA
1	R$ -118.439,82	R$ 25.661,96	R$ 118.439,82	R$ 262.541,59
2	R$ -121.993,01	R$ 26.431,82	R$ 121.993,01	R$ 270.417,84
3	R$ -126.872,73	R$ 27.489,09	R$ 126.872,73	R$ 281.234,55
4	R$ -131.947,64	R$ 28.588,66	R$ 131.947,64	R$ 292.483,94
5	R$ -137.225,55	R$ 29.732,20	R$ 137.225,55	R$ 304.183,29
6	R$ -142.714,57	R$ 30.921,49	R$ 142.714,57	R$ 316.350,63
7	R$ -148.423,15	R$ 32.158,35	R$ 148.423,15	R$ 329.004,65
8	R$ -154.360,08	R$ 33.444,68	R$ 154.360,08	R$ 342.164,84
9	R$ -160.534,48	R$ 34.782,47	R$ 160.534,48	R$ 355.851,43
10	R$ -166.955,86	R$ 36.173,77	R$ 166.955,86	R$ 370.085,49
11	R$ -173.634,09	R$ 37.620,72	R$ 173.634,09	R$ 384.888,91
12	R$ -180.579,46	R$ 39.125,55	R$ 180.579,46	R$ 400.284,46
13	R$ -187.802,64	R$ 40.690,57	R$ 187.802,64	R$ 416.295,84
14	R$ -195.314,74	R$ 42.318,19	R$ 195.314,74	R$ 432.947,68
15	R$ -203.127,33	R$ 44.010,92	R$ 203.127,33	R$ 450.265,58
16	R$ -211.252,42	R$ 45.771,36	R$ 211.252,42	R$ 468.276,21
17	R$ -219.702,52	R$ 47.602,21	R$ 219.702,52	R$ 487.007,25
18	R$ -228.490,62	R$ 49.506,30	R$ 228.490,62	R$ 506.487,54
19	R$ -237.630,25	R$ 51.486,55	R$ 237.630,25	R$ 526.747,05
20	R$ -247.135,46	R$ 53.546,02	R$ 247.135,46	R$ 547.816,93
21	R$ -257.020,87	R$ 55.687,86	R$ 257.020,87	R$ 569.729,61
22	R$ -267.301,71	R$ 57.915,37	R$ 267.301,71	R$ 592.518,79
23	R$ -277.993,78	R$ 60.231,99	R$ 277.993,78	R$ 616.219,54
24	R$ -289.113,53	R$ 62.641,26	R$ 289.113,53	R$ 640.868,32
25	R$ -300.678,07	R$ 65.146,92	R$ 300.678,07	R$ 666.503,06
TOTAL:	R$ -4.915.225,80	R$ 1.064.972,09	R$ 4.915.225,80	R$ 10.895.483,69

Tabela 14 - Impostos Incidentes sobre o Faturamento

Os impostos incidentes ainda são discriminadamente o IRPJ, a CSLL. A tabela a seguir apresenta o resultado monetário dos impostos:

Períodos	CSSLL	IRPJ
Ano 1	R$ 208.627,04	R$ 347.711,73
Ano 2	R$ 148.328,85	R$ 247.214,75
Ano 3	R$ 179.728,21	R$ 299.547,02
Ano 4	R$ 194.952,94	R$ 324.921,57
Ano 5	R$ 210.786,66	R$ 351.311,10
Ano 6	R$ 227.253,72	R$ 378.756,21
Ano 7	R$ 244.379,47	R$ 407.299,12
Ano 8	R$ 262.190,25	R$ 436.983,75

Ano 9	R$ 280.713,46	R$ 467.855,77
Ano 10	R$ 299.977,60	R$ 499.962,66
Ano 11	R$ 320.012,30	R$ 533.353,83
Ano 12	R$ 340.848,39	R$ 568.080,65
Ano 13	R$ 362.517,93	R$ 604.196,54
Ano 14	R$ 385.054,24	R$ 641.757,07
Ano 15	R$ 408.492,01	R$ 680.820,02
Ano 16	R$ 432.867,29	R$ 721.445,48
Ano 17	R$ 458.217,58	R$ 763.695,97
Ano 18	R$ 484.581,88	R$ 807.636,47
Ano 19	R$ 512.000,76	R$ 853.334,60
Ano 20	R$ 540.516,39	R$ 900.860,65
Ano 21	R$ 570.172,64	R$ 950.287,74
Ano 22	R$ 601.015,15	R$ 1.001.691,91
Ano 23	R$ 633.091,35	R$ 1.055.152,26
Ano 24	R$ 666.450,61	R$ 1.110.751,01
Ano 25	R$ 701.144,23	R$ 1.168.573,72

Tabela 15 - Impostos Incidentes sobre o Resultado

5.5. ESTIMATIVA DO DEMONSTATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os fluxos do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) não acumulado anual e acumulado ao longo do período de concessão são expressos pelos gráficos e tabelas a seguir:

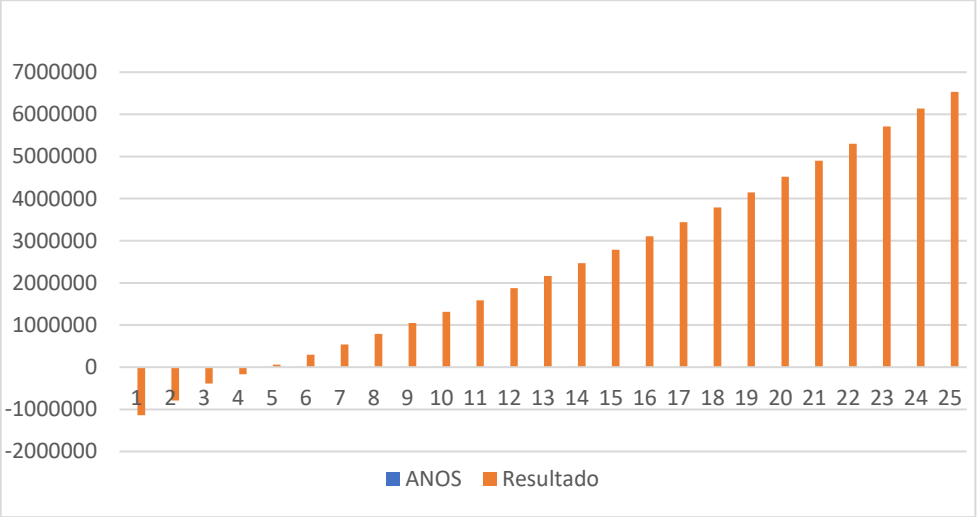

GRÁFICO 1 - Demonstrativo de Resultado do Exercício Nominal por Ano

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

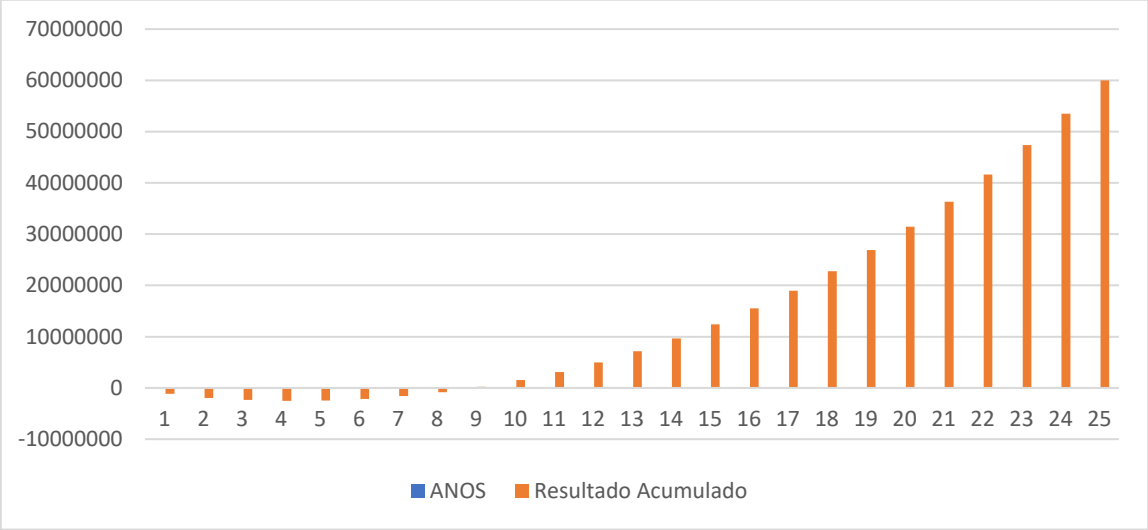

GRÁFICO 2 - Demonstrativo de Resultado do Exercício Acumulado por Ano

Ano	Demonstrativo de Resultado do Exercício Líquido do Projeto	Demonstrativo de Resultado do Exercício Líquido Acumulado
1	-R$ 1.141.374,37	-R$ 1.141.374,37
2	-R$ 792.444,12	-R$ 1.933.818,48
3	-R$ 391.249,48	-R$ 2.325.067,96
4	-R$ 169.706,76	-R$ 2.494.774,72
5	R$ 58.671,43	-R$ 2.436.103,29
6	R$ 294.158,52	-R$ 2.141.944,78
7	R$ 537.038,86	-R$ 1.604.905,92
8	R$ 787.608,18	-R$ 817.297,73
9	R$ 1.046.174,05	R$ 228.876,32
10	R$ 1.313.056,32	R$ 1.541.932,64
11	R$ 1.588.587,65	R$ 3.130.520,30
12	R$ 1.873.114,01	R$ 5.003.634,30
13	R$ 2.166.995,19	R$ 7.170.629,49
14	R$ 2.470.605,38	R$ 9.641.234,87
15	R$ 2.784.333,75	R$ 12.425.568,63
16	R$ 3.108.585,03	R$ 15.534.153,65
17	R$ 3.443.780,12	R$ 18.977.933,78
18	R$ 3.790.356,79	R$ 22.768.290,57
19	R$ 4.148.770,30	R$ 26.917.060,87
20	R$ 4.519.494,12	R$ 31.436.554,99
21	R$ 4.903.020,65	R$ 36.339.575,64
22	R$ 5.299.862,02	R$ 41.639.437,66
23	R$ 5.710.550,81	R$ 47.349.988,48
24	R$ 6.135.640,93	R$ 53.485.629,40

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

25	R$ 6.529.273,96	R$ 60.014.903,37

Tabela 16 - Demonstrativo do Resultado do Exercício Projetado em Valores Nominais

5.6. LUCRATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO

Na tabela a seguir são apresentados indicadores econômico-financeiros do projeto no cenário que não leva em consideração Receitas Acessórias, a saber:

INDICADORES	**RESULTADO**
1 - Margem Contribuição:	73,89%
2 - Margem EBITDA 17º ano:	44,09%
3- Margem Líquida:	43,93%
4 - Ponto de Equilíbrio:	50,70%
5 - Valor Presente Líquido (VPL) - Liquida:	R$ 71.993.163,78
6 - TIR (Taxa Interna de Retorno):	8,95%
7 - *Payback:*	11,86 ano
8 - Custo Nominal de Capital Próprio:	11,15%
9 - Custo Nominal de Capital de Terceiros:	9,00%
10 - Custo de Capital Ponderado (WACC):	9,64%
11 - Valor de Contrato:	R$ 164.534.053,68

Tabela 17 –– Indicadores de Lucratividade Econômica

Abaixo segue explicação quanto aos principais indicadores de viabilidade:

1. A Margem Bruta é o indicador que mostra o quanto a empresa pode ganhar resultante da execução de suas atividades; Já o EBTIDA é o indicador que demonstra quanto a empresa gera de lucro ou prejuízo, ou seja, é o resultado da diferença entre a receita e os custos totais, antes da depreciação, juros e amortização;

2. Margem Líquida é o percentual que indica o nivel de lucratividade líquida do empreendimento;

3. Margem de Contribuição é o resultado obtido da diferença entre o valor da Receita e os valores dos Custos Diretos (CUSTOS VARIÁVEIS), ou seja, trata-se da margem que demonstra o quanto a empresa gerou para arcar com os Custos Indiretos (CUSTOS FIXOS);

4. O Ponto de Equilíbrio demonstra o momento em que a empresa atinge o seu equilíbrio, ou seja, neste momento não apresenta nem lucro nem prejuízo;

5. A Taxa Interna de Retorno (TIR), é um percentual usado para avaliar qual o retorno de um projeto para a empresa;

6. Payback é o tempo de retorno do capital investido a partir dos ganhos obtidos durante o período de execução do projeto;

Com os indicadores econômicos e financeiros, juntamente aos estudos econômicos e técnicos, podemos concluir que a Concessão Administrativa, ora analisada, proposta ao Município de Goianésia-GO é consideravelmente atrativa aos investidores, visto as taxas de retorno extremamente satisfatórias.

6. ESTUDO DE VANTAJOSIDADE PARA O PODER PÚBLICO – *VALUE FOR MONEY*

O empreendimento proposto promoverá ao Município de Goianésia – GO, de forma inquestionável, um enorme ganho nos aspectos socioambientais, e ainda, proporcionará um salto enorme na direção do conceito de "Cidades Inteligentes".

Os investimentos projetados, de forma bem assertiva, irão gerar um aquecimento na economia local, a partir da geração de novos postos de trabalhos, seja indiretos ou seja diretos, ainda que seja na na fase de implantação do referido projeto, ou seja na fase de execução das atividades propostas, bem como ganhos inimagináveis no que tange os conceitos de eficiência e eficácia na prestação do serviço público, e por fim trazendo uma melhoria na qualidade de vida da população, resultado este foco principal do interesse público.

Por isso iremos apresentar dois cenários para efeito de comparação, o primeiro cenário refere-se às despesas do município para a manutenção de tais atividades sob a gerência do prórpio município, e o segundo cenário demonstra a parceria PPP propriamente dita.

7. ANÁLISE DE CUSTOS ATUAIS DO MUNICÍPIO

Com a finalidade de fazer tal comparação, começamos analisando, de forma ampla, a estrutura orçamentária municipal atual, ou seja, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretriz Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim, o primeiro cenário apresentado traz em tela os custos que o município teria para os próximos 25 (vinte e cinco) anos, levando em consideração as condições atuais que deverão permanecer.

Os resultados demonstra que mantendo a prestação dos serviços sob as mesmas condições de prestação de serviço, seria necessário um volume financeiro na ordem de R$ 132.760.430,12 (cento e trinta e dois milhões, setecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta reais e doze centavos).

Devemos expor o fato de que tal valor acima descrito, não contempla os valores relacionados a novos investimentos, que inevitavelmente, será necessário ao longo do período de 25 anos, bem como não esta incluso os desembolsos com aquisição de novos equipamentosm substituição de lampadas mais modernas e eficientes. Outro ponto importante a ser mencionado refere-se a capacidade institucional, do agente público, para gerenciar múltiplos contratos.

8. ANÁLISE DOS CUSTOS COM O ADVENTO DA PPP

Como já apresentado de forma clara anteriormente, os custos referentes à manutenção do modelo PPP, estão inseridos apenas no pagamento da PRM.

INDICADORES	RESULTADOS
Valores dos Custos COM Projeto:	
a. Estimativa de Contraprestação Mensal:	R$ 332.351,08
b. Gasto Total durante 25 anos com Projeto:	R$ 164.534.053,68

Tabela 18 - Indicadores de Vantajosidade: Cenário COM Projeto

Conforme os numeros citados acima, o gasto total do município com o Projeto num prazo de 25 (vinte e cinco) anos será **de R$ 164.534.053,68 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil. cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)**.

Outro ponto a ser destacado é que com o cancelamento dos contratos atuais de Iluminação Pública, Serviços de Banda Larga, Videomonitoramento e Energia, o Município passará a ter maior disponibilidade de capital para a execução da Concessão Administrativa.

INDICADORES	RESULTADOS
1- Disponibilidade à Pagar do Município para PPP:	R$ 332.351,08
2- Média da COSIP de Referência atual (2020/2021):	R$ 380.750,85
3- Resumo de Cenários	
a. Custo Mensal para o Município com o Projeto	R$ 332.351,08
b. Disponibilidade a Pagar Mensal	R$ 380.750,85
c. Vantajosidade Financeira Alcançada	R$ 48.399,77
d. Percentual de Vantajosidade Financeira	12,71%

Tabela 19 - Indicadores de Vantajosidade: Cenário COM Projeto cenário

Importante destacar que na tabela acima demonstramos, financeiramente, que o município terá uma economia de 12,71% com o projeto PPP, além da melhor gestão do recurso público.

Do ponto de vista prático e na verdade o mais importante é que os ganhos para a população serão altamente satisfatórios com a melhoria do serviço de Iluminação Pública e, principalmente, da melhoria do Sistema de videomonitoramento, que irá gerar impacto positivos no que se refere à sensação da segurança pelos municípes, e inda de forma objetiva na redução dos indices de criminalidade.

A disponibilidade de internet com alta performance e com maior constância, proporcionará aos servidores públicos condições mais adequadas na realização de seus trabalhos, outro fator importante a destacar é que tal infraestrutura permitirá o acesso a softwares mais modernos e eficientes, trazendo mais agilidade de resposta, e consequentemente, benefícios para a gestão pública.

Outro ponto a ressaltar é a disponibilização de internet sem fio para a população, em determinados locais estratégicos, democratizando o acesso.

Os benefícios deste projeto são inimagináveis, haja vista que os impactos estendem-se para toda a população, no que tange a geração de renda, emprego e no consumo energético do Município. Outrossim, ao disponibilizar infraestrutura de rede de fibra óptica para as edificações públicas, a concessionária também poderá fornecer, por meio de receita acessória, a venda de planos de internet à população que terá mais uma opção de oferta no mercado, criando mais comodidade e oportunidade às pessoas.

Outra análise importante é que do ponto de vista da legalidade e qualidade o modelo de concessão administrativa, traz a responsabilidade do parceiro privado na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ja no modelo atual a responsabilidade da gestão é total e integralmente do poder público.

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

Nesse sentido, e como conceitos para analisar as vantagens de um para com o outro modelo, sabemos que a conveniência e a oportunidade são peças importantes que vão assegurar a legitimidade de políticas inovadoras.

Assim, o modelo proposto de PPP para projetos visando a seleção e por fim a concessão do serviço público são importantes para assegurar a alocação, mais assertiva, dos recursos públicos, além de dar maior legitimidade e credibilidade, proporcionando maior eficiência no que tange a auditabilidade e prestação de contas.

Numa analise que demonstre os aspectos qualitativos entre os modelos em questão, trazemos: a transferências de riscos e do ativo, a manutenção de padrões de qualidade e disponibilidade.

9. TRANSFERÊNCIA DE RISCOS

Numa Concessão Administrativa existe um determinado risco que deve ser minimizado para que possa ter uma gestão mais eficiente. Na concessão o parceiro privado traz para si, de forma inteira, os riscos do projeto, nos aspectos ligados à financiamento, construção, operação, manutenção e conservação, enquanto que o poder público terá consigo apenas o risco político e quaisquer outros que venham a compor o contrato de PPP.

10. MANUTENÇÃO DE PADRÕES DE QUALIDADE E DISPONIBILIDADE

A concorrência, cada vez mais desenvolvida, impulsiona muitas empresas para se especializarem em determinados ramos com a finalidade de adquirirem maiores expertises em suas áreas de atuação, como técnica de eficácia empresarial, tecnologias mais eficientes e outros. A especialização permite as empresas maximizem melhor seus recursos e esforços da organização em suas atividades finalísticas, o que tende a favorecer a economia de escala, a curva de experiência e o uso de métodos e tecnologias mais modernos e produtivos, com vistas à redução de custo e à eficiência na execução de seus serviços trazendo de forma clara melhoria considerável da qualidade destes serviços.

O que está em jogo e é uma vantagen significativa para o modelo PPP, é que nos momentos de construção, planejamento e gerenciamento das rúbricas do estudo, o parceiro privado tem em si uma capacidade maior de assertividade dado a expertise do empreendedor, já que este é menos burocratizado e está alinhado com as melhores práticas de gestão adotadas pelo mercado, dispondo de teorias e conceitos práticos com maiores chances de êxito para o referido projeto, tanto na perspectiva de eficiência quanto da eficácia, principíos da Administração Pública.

Ainda temos que uma vez que tal estrutura esteja sob a egide do poder público, o mesmo terá consigo uma estrutura mais pesada e impactante no sentido de gastos e políticas públicas, por se fazer necessário a atuação de um departamento que execute as atividades propostas. Terá como desvantagem clara a ineficiência através da perda da especialização, além do aumento da estrutura organizacional.

Outro ponto favorável ao Modelo de PPP é que o período de concessão traz ao parceiro privado a consciencia de que é necessário auferir de indicadores de eficiência e eficácia, gerando assim à adoção a tecnologias e técnicas novas e modernas de gestão e execução das atividades propostas, trazendo resultados finalisticos no que tange a otimização dos gastos de

manutenção e conservação da infraestrutura.

Ao passo que no modelo existente de contratação, a dificuldade impõe barreiras que limitam e geram um aumento significativo nos custos do projeto.

10.1. TRANSFERÊNCIA DO ATIVO

Este tema refere-se a importnate transferência de todo o ativo adquirido ao longo do projeto de concessão ao poder público, ou seja, no término do projeto será incorporado ao ativo público todas as benfeitorias e equipamentos realizados nos 25 anos, fato este que estará previsto e mencionado no contrato final de concessão.

10.2. QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Como já dito anteriormente, os serviços prestados pela parceira privada, terá na velocidade de construção ou modernização da infraestrutura necessária, trará uma sensação nitida por parte da população, no que tange a qualidade dos serviços públicos prestados, de forma prática quando da substituição da tecnologia atual da iluminação pública instalada no município por luminárias de LED, combinado com a instalação de câmeras inteligentes para o vídeo monitoramento de locais estratégicos, visando auxiliar as forças de segurança pública no patrulhamento, vigilância e na inibição a violência, garantindo a segurança do Município.

Concomitantemente a implantação de uma rede de fibra óptica para prover internet para as edificações públicas possibilitando a melhoria na velocidade de conexão de banda larga, irá trazer, consequentemente, qualidade na prestação de serviços públicos, tais como: educação, saúde, segurança e atendimento aos cidadãos com mais eficiência e qualidade.

Para além, teremos ainda uma efetivação de políticas públicas para inclusão digital como a implantação de hotspots de Wi-Fi possibilitando o desenvolvimento e integração da população local que acompanham a tendência mundial de democratização do acesso à internet, ou seja, todos esses benefícios são ganhos intangíveis e, portanto, não mensuráveis em termos quantitativos e qualitativos, mas que não podem ser desprezados na tomada de decisão.

10.3. ATESTADO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

De acordo com as informações colhidas e com os resultados apresentados aqui, através dos indicadores, CAPEX e OPEX, está evidenciado a viabilidade econômica da execução dos objetos em análise. Respeitando as premissas elencadas e com os dados demonstrados no Demonstrativo de Resultado do Exercício e no Fluxo de Caixa do empreendimento os resultados se mostram viaveis.

Outro ponto é que os ganhos referentes aos resultados finalisticos à população e a economia absoluta para os cofres públicos se mostram abundantes e devidamente ja detalhados neste estudo, como exemplo temos: a transferência de riscos do projeto para o ente privado, que se compromete com a eficientização, operação e manutenção do empreendimento; os ganhos socioeconômicos diretos à população do município de Goianésia-GO.

O projeto possui um alto nivel de atratividade à investidores, de acordo com os preceitos e indicadores apresentados no tópico de “Lucratividade do Empreendimento”. Além dos indicadores de rentabilidade e taxa interna de retorno, outro ponto importante para

destacarmos é a sustentabilidade do investimento, devido ao modelo de concessão que visa o compartilhamento dos riscos entre as partes e minimiza os danos ao ente privado.

Portanto, para o Município, há vantagens absolutas que levam à modernização do parque de Iluminação Pública, a Infraestrutura de Telecomunicações, a diminuição dos custos relativos as demandas energéticas gerados nas edificações públicas, arrecadação de impostos, aumento na geração de renda local e aumento significativo do patrimônio.

Desta forma, deixamos claro que trata-se de um projeto viavel econômicamente no que concerne a implantação e operação da concessão administrativa proposto para o Município de Goianésia-GO.

ABAIXO APRESENTAMOS UM RESUMO DOS NÚMEROS DO PROJETO:

Discriminação	Investimentos	Ano 1
	32.236.173,50	
1- Receitas Operacionais		3.988.212,96
2- Custos e Despesas Monetárias		3.062.179,65
3- Resultado Operacional		926.033,31
4- Depreciação/Exaustão/Amortização		200.000,00
5- Resultado do Exercício Anterior		
6- EBITDA		1.391.249,47
7- Juros de Reposição		1.243.176,90
8- Amortização de Investimento		1.289.446,94
9- Resultado Líquido		1.141.374,37
INDICADORES		
Indicadores Econômicos	Valores	%
Receita Operacional 25 anos	164.534.053,68	100,00%
Custos Diretos	42.825.688,57	26,03%
Margem de Contribuição	121.708.365,11	73,97%
Custos Indiretos	29.469.675,40	17,91%
Investimento Total	32.236.173,50	19,59%

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/

Depreciação	4.800.000,00	2,92%
Lucro ou Resultado Líquido	64.802.516,21	39,39%
Ponto de Equilíbrio	83.418.370,18	50,70%
Taxa Interna de Retorno	8,95%	
Prazo de Retorno do Invest.	11,86	anos

Tabela 20 - Quadro de Resumo dos dados

Rua 33 nº 453 - Praça Cívica.Goianésia - GO, 76382-205
https://goianesia.go.gov.br/